



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7849 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

### O NEOLIBERALISMO E SUAS INFLUÊNCIAS NAS FORMULAÇÕES DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Welcianne Iris de Queiroz - UEMS/UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

Silvio Cesar Nunes Militão - UNESP - Marília / FFC - Universidade Estadual Paulista

### **O NEOLIBERALISMO E SUAS INFLUÊNCIAS NAS FORMULAÇÕES DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL**

O presente texto é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento que tem como objetivo precípuo verificar e analisar como o sistema estadual de educação de Goiás se apropria dos resultados dessas avaliações para melhorar a qualidade do ensino ofertado a seus alunos.

O trabalho em tela tem por objetivo analisar e discutir as influências do neoliberalismo para as políticas educacionais, mais especificamente, nas políticas de avaliação educacional. Portanto, esse trabalho guia-se pelo seguinte questionamento central: Quais os impactos das transposições ideológicas do neoliberalismo nas políticas de avaliação educacional e do uso que se faz de seus resultados para a escola pública?

Para tanto, dentro do recorte de estudo, recorre à pesquisa teórica/bibliográfica buscando “[...] ordenar ideias, a sistematizar pressupostos teóricos e estruturar explicações” acerca da temática (DEMO, 1982, p. 14).

Acredita-se, portanto, que analisar as políticas públicas educacionais de avaliações sistêmicas – externas e em larga escala, na concepção de Perboni (2016) – exige que as situemos dentro de um contexto histórico, compreendendo-as como decorrentes de um processo mais abrangente. Para tanto, toma-se como referência as concepções de Estado que as perpassam e que orientam o atual cenário da conjuntura política brasileira, que tem no neoliberalismo as bases para superação de sua crise.

Nas últimas décadas ocorreram significativas redefinições no papel do Estado a nível mundial advindas da ideologia neoliberal. No Brasil, esse processo de mudança iniciou-se em 1990, com Fernando Collor de Melo e foi efetivamente implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 a 2002.

Para o neoliberalismo, o Estado é o responsável pela crise e ineficiência do seu funcionamento. O setor privado é sinônimo de eficiência, qualidade, equidade. Para chegar à eficiência é necessário que as diferentes esferas do setor público e as conquistas sociais (educação, saúde, transportes, empregos) sejam inseridos na lógica mercadológica.

No campo educacional, o neoliberalismo ancora-se no discurso de que sendo a educação um serviço ofertado por um Estado ineficiente e ineficaz, ela reverbera, conseqüentemente, seus resultados. A saída seria introduzir a educação nos princípios mercadológicos de meritocracia, competição, ranqueamento, de responsabilização e *accountability*, sob a égide do argumento que tais princípios podem elevar a qualidade educacional.

O Estado deixa então de ser provedor de serviços públicos, para se tornar avaliador da qualidade dos serviços prestados (Estado Avaliador). Eunice Durham, em 1994, então na equipe do ministro da Educação Paulo Renato Costa Souza, já dizia na Folha de São Paulo: “O grande papel do Estado reside na sua capacidade de avaliação do desempenho escolar. É isso que deve orientar o salário dos professores e o orçamento das escolas” (DURHAM, 1994, p. 3).

Consoante a Afonso (2012), a *accountability*, se constitui de três pilares: avaliação, prestação de contas e responsabilização, que no campo educacional têm como pano de fundo as avaliações externas e em larga escala. Compreender essas questões torna-se premente, dado que avaliação educacional tem se tornado na principal delineadora das políticas educacionais e mola propulsora das reformas destas. Parte-se, portanto, do pressuposto “[...] de que política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças que estão ocorrendo na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças.” (PERONI, 2010, p. 2).

A princípio, essas avaliações têm por função, subsidiar proposituras de políticas educacionais, visando garantir uma melhoria da qualidade do ensino nos sistemas educacionais. No entanto, no contexto da escola, essas avaliações têm desbordado suas funções precípua.

No ideário neoliberal,

Existe uma crise de qualidade porque os sistemas educacionais latino-americanos não se configuraram como verdadeiros mercados escolares regulados por uma lógica interinstitucional, flexível e meritocrática. A escola está em crise porque nela não se institucionalizaram os critérios competitivos que garantem uma distribuição diferencial do serviço, que se fundamente no mérito e no esforço individual dos “usuários” do sistema. (GENTILI, 2001, p. 18).

Nessa lógica, a escola como empresa, assume os aspectos da competitividade, competência e dados comprobatórios de sua eficiência legitimados pela fidedignidade dos instrumentos que os geraram, no caso, as avaliações externas e em larga escala que visam classificar as unidades e/ou sistemas de ensino, bem como seus estudantes. O que representou desde 1990 até os dias de hoje, em que vigora a orientação político-ideológica neoliberal, um retrocesso em relação aos debates sobre a avaliação no sentido de ter sido colocada no centro das políticas educacionais.

O problema da qualidade educacional, na visão neoliberal se resolve introjetando a escola e todos seus atores na lógica do mercado. “O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência.” (FREITAS, 2018, p. 31).

A aceitação dessa lógica no âmbito educacional, impactará a escola em dois aspectos primordialmente: sua materialidade e a cultura escolar, cujas principais consequências são: a) *estreitamento curricular*, pois ancorada em resultados, a lógica empresarial educacional ampara-se nos princípios da *accountability*, que tem como eixo estruturador as avaliações sistêmicas, prestação de contas e responsabilização. (AFONSO, 2009). Nesse sentido, insere o ideário educacional numa via de contramão, onde passa-se a ensinar aquilo que será avaliado. b) *adoção de um estilo de gestão baseada em avaliação e metas* – Os resultados das avaliações passam a guiar a vida escolar. A elevação da nota da escola é estabelecida como referência de qualidade, o que leva à ocultação do debate sobre as finalidades educativas, favorecendo a captura da ação pedagógica pelo *status quo* (FREITAS, 2018). c) *desmoralização do professor* – os resultados nas avaliações passam a definir o nível de qualidade do ensino no interior das escolas, bem como colocam em xeque a competência de seus agentes. Estes, têm seu trabalho reduzido ao de mero executor de diretrizes, alijados do processo de concepção de seu trabalho tidos como mal formados, acomodados e improdutivos (DANTAS, 2013). e) *Destruição da escola pública* – A responsabilização e meritocracia são duas categorias imbricadas que abrem caminho para uma terceira, que é a da privatização. Ou seja, as duas primeiras visam criar um ambiente para ampliar a privatização do sistema público de educação.

A finalidade última dessa engenharia é criar as condições para induzir a privatização da educação, estipulando metas que são difíceis de serem atingidas nas condições atuais de funcionamento da educação pública, desmoralizando a educação pública e o magistério. (FREITAS, 2018, p. 80)

A privatização da escola pública, na atualidade se delinea em duas frentes principais: terceirização da gestão pública e os *vouchers* (FREITAS, 2018).

Desta forma, como afirma o autor “a bandeira da escola pública tem que ser atualizada: não basta mais a sua defesa, agora temos que defender a escola pública *com gestão pública*.” (FREITAS, 2012, p. 386)

Considera-se que a educação, como um processo complexo, abarca outros fatores igualmente importantes, no entanto, nos limites deste texto, ater-se-á aos fatores acima mencionados, por entender que são fenômenos imbricados que têm como mote as avaliações externas e em larga escala, objeto do presente estudo.

No atual cenário da educação brasileira as avaliações externas e em larga escala têm informado as políticas educacionais, constituindo-se em mola propulsora dessas reformas, orientadas pelos princípios neoliberais que têm como premissa a prestação de contas, avaliação e responsabilização de seus agentes.

Desta forma é mister reconhecer que a escola é uma instituição do Estado, e isso nos obriga a considerar as avaliações em seus outros níveis, tanto institucional, externas e em larga escala, como da aprendizagem. Não se trata de rejeitá-las ou delas nos tornarmos adeptos. Trata-se de conhecer seus mecanismos, processos, fragilidades, limites e (im)possibilidades para redirecionarmos e aperfeiçoarmos a prática educacional, trazendo contribuições mais relevantes para transformá-la.

Não podemos continuar (re)produzindo as circunstâncias que tanto criticamos sobre a égide de não conhecermos uma maneira de fazer diferente, é uma contradição afirmarmos estar “todos pela educação” quando na verdade estamos a serviço de interesses hegemônicos do mercado preparando e sendo preparados para funcionar sem problemas nele. A educação de qualidade deve ser mais que isso, deve ser capaz de propiciar a emancipação dos sujeitos, formando cidadãos críticos para atuar nas esferas social, política, cultural e intelectual.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Políticas Públicas Educacionais. Avaliação Educacional

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. Para uma Concetualização Alternativa de *Accountability* em Educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr/jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Avaliação Educacional**. Regulação e emancipação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DANTAS, G. K. G. **Política educacional paulista (1995-2012):** dos primórdios da reforma empresarial à consolidação do modelo gerencial. 2013. 153f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Estrutura irracional e perdulária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de maio de 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/21/painel/1.html>>acesso em 27/07/2020.

FREITAS, L.C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr/jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTILI, P. (Org). **Pedagogia da exclusão**. Crítica ao neoliberalismo em educação. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERBONI, Fábio. **Avaliações externas e em larga escala nas Redes de Educação Básica dos Estados Brasileiros**. 2016. 268f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

PERONI, V. M.V. Redefinições no papel do Estado: parcerias público/privadas e a gestão da educação. In: CONGRESSO IBERO-BRASILEIRO, 1.; CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO, 4.; CONGRESSO DO FÓRUM PORTUGUÊS DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL, 4., 2010, Portugal e Espanha. **Anais...** Portugal: Elvas; Espanha: Cáceres, Mérida, 2010.